

Os erros de Huntington*

Álvaro de Vasconcelos . Director, IEEI

Desaparecida a guerra fria, e com ela o paradigma do confronto entre os dois blocos, surgiram várias grandes teses para explicar a conflitualidade no actual sistema internacional.

Já na fase pessimista do pós-guerra fria, Samuel Huntington, publicou um artigo no número de verão de 1993 da revista *Foreign Affairs* intitulado "A Clash of Civilisations?". Apesar da interrogativa no título, Huntington afirma que os principais conflitos futuros resultarão do confronto entre as civilizações. Em consequência, o Ocidente (por ele reduzido à Europa católica e protestante e à América do Norte) deve preparar-se para um conflito com o inimigo de substituição entretanto encontrado: o islão e o confucionismo, tendo em conta a sinistra coligação "islâmico-confucionista que emerge para desafiar os interesses, os valores e o poder do Ocidente". Huntington não se fica aliás por aqui na sua deriva para fazer da defesa da identidade o grande tema da coligação ocidental. Considera também que, à semelhança da Europa, os Estados Unidos estão perante uma séria ameaça à sua identidade política representada pelos imigrantes "hispanicos e não-brancos". Afirma Huntington em abono da sua tese que "a interacção entre o Islão e o Ocidente é vista, de parte a parte, como um confronto de civilizações". Cita em apoio desta afirmação dois autores, um "ocidental", outro não. A lista dos seus críticos, entre os quais abundam "bons cristãos" e "bons islâmicos", daria para encher várias páginas (vejam-se, por exemplo, as respostas incluídas no *Foreign Affairs* de Setembro-Outubro de 1993).

Para muitos, nas sociedades do Sul, a tese do confronto das civilizações confirma afinal que o Norte considera o Sul, e essas mesmas sociedades, como uma ameaça. "Huntingtoniano" passou a ser um termo quase depreciativo usado para designar exactamente a política que se não deve seguir em relação ao mundo islâmico. E como "huntingtonianas" foram classificadas as afirmações produzidas pelo então secretário-geral da Nato, Willy Claes, no sentido de que a Nato devia preparar-se em função da nova ameaça global, a ameaça islâmica. Em Portugal, o texto de Huntington foi criticado por alguns analistas mais interessados nas questões das relações com o mundo mediterrânico e com a América Latina. Mas recentemente, no *Público*, João Carlos Espada desenterra Huntington e a sua tese. Apesar de absurda e perigosa, a tese parece fazer sentido para algumas pessoas que do Islão e das sociedades norte-africanas e médio-orientais pouco mais conhecem do que as manifestações de extremistas do islamismo político, como o terrorismo. Por isso talvez seja útil apontar os principais erros do artigo de Huntington.

O primeiro erro consiste em afirmar que os principais conflitos futuros ocorrerão entre nações e grupos de civilizações diferentes, e que uma terceira guerra mundial, a existir, será uma guerra entre civilizações. Nada, na conflitualidade actual, demonstra que assim seja ou venha a ser. Os exemplos usados por Huntington não são convincentes. Tomemos os "terroristas árabes e islâmicos". É facto que houve ataques contra alvos ocidentais mas, como está abundantemente documentado, as principais vítimas do terrorismo são, de longe, os próprios cidadãos árabes e islâmicos. A guerra do Golfo é também um mau exemplo. Começou pela agressão do Iraque contra outro país islâmico e na coligação anti-iraquiana participaram vários países árabes e islâmicos.

A conversão súbita de Saddam Hussein ao islão enganou pouca gente, e muito menos o Irão islamista radical. A guerra na Bósnia, exemplo com que tipifica a guerra entre civilizações, estaria a "provocar a intervenção de países muçulmanos, ortodoxos e cristãos ocidentais". Ao contrário, segundo diz, da guerra civil de Espanha, em que intervieram países fascistas, comunistas e democráticos. Huntington retoma a demagogia dos nacionalistas extremos, sobretudo sérvios, que se auto-erigem em baluarte do cristianismo contra a ameaça muçulmana. Se por alguma causa se mobilizou o "Ocidente cristão", foi pelos muçulmanos da Bósnia — não em nome do cristianismo, mas dos direitos do homem e da paz, contra o nacionalismo extremista, parente do fascismo — e aqui, sim, o paralelo com a guerra de Espanha faz todo o sentido.

A amálgama entre islamismo radical e islão, entre grupos extremistas e nacionalistas e uma determinada civilização é o segundo erro grave de Huntington. É facto que a demagogia nacionalista faz apelo à identidade, nomeadamente religiosa. Mas isto não é novo, e não transforma os extremistas nos representantes de uma dada civilização. Quem de entre nós se revê em Le Pen e nas suas pobres doutrinas? Mesmo os movimentos radicais que se reclamam do pan-islamismo são, como a análise dos movimentos magrebinos o demonstra, movimentos predominantemente nacionais. Os islamistas marroquinos, por exemplo, têm ponto de vista idêntico ao do rei sobre o conflito no Saara Ocidental.

Para Huntington, o mundo islâmico, assim amalgamado, está a unir-se contra o Ocidente. Ora a questão é muito mais complexa. Uma das características dos países maioritariamente muçulmanos no pós-guerra fria é a do abandono das quimeras do terceiro-mundismo e do não alinhamento e a procura da inserção no sistema económico ocidental. Prova disto é a conferência euro-mediterrânica de Barcelona, em que participaram nove países muçulmanos, dos quais oito árabes. Huntington afirma ainda que a integração económica se faz entre países da mesma civilização. Mas quando olhamos para a integração económica no mundo islâmico, verificamos que encontra as maiores dificuldades.

A União do Magreb Árabe está paralisada devido a vários contenciosos entre vizinhos árabes e as oportunidades de integração económica que existem são no sentido norte-sul, com os acordos de comércio livre que a Europa se propõe estender a todos os países mediterrânicos. No Médio Oriente, só se começou a falar seriamente de integração desde que se pensou que esta poderia incluir Israel.

O terceiro erro de Huntington é o de descurar por completo o factor político, quer como factor de integração quer como factor de tensão e crise. A União Europeia é possível não porque os seus membros convergem culturalmente, mas porque convergem democraticamente. Portugal nunca teria sido membro da União se não fosse uma democracia. O Mercosul não existe, ao contrário do que pretende Huntington, porque os seus membros são latino-americanos mas porque são democracias vizinhas.

A questão central da conflitualidade actual é política e não civilizacional. É evidente que uma mesma língua ou cultura pode facilitar a aproximação, desde que haja convergência política. Mas se esta não existir pode, pelo contrário, ser um factor de agudização dos antagonismos (ou não haveria guerras civis). Huntington afirma que com o fim da guerra fria "as afinidades culturais tendem a sobrepor-se às diferenças ideológicas, e a China e Taiwan aproximam-se". Ora sucede que os progressos na área democrática na Formosa a afastam da República Popular da China e a questão da independência começa a colocar-se seriamente pela primeira vez.

O quarto e mais grave erro de Huntington é o de dar credibilidade de "grande estratégia" às teorias racistas de Le Pen e seus pares. Para Huntington as ameaças à segurança não vêm só da coligação islâmico-confucionista mas também da ameaça interna à identidade que os emigrantes de outras civilizações supostamente constituem. "Vão a Miami, que ficam logo a perceber", como disse numa conferência anual do IISS e reafirmou na resposta aos seus críticos. Recorda que, de acordo com previsões censitárias, haverá em 2050 nos Estados Unidos 23% de hispânicos, 16% de negros e 10% de asiáticos. E com espantosa candura pergunta se em caso de "os Estados Unidos se tornarem verdadeiramente multiculturais e internamente palco do confronto de civilizações a democracia liberal poderá sobreviver". Semelhante horror da multiculturalidade e temor pela identidade ameaçada se encontram nos escritos da Frente Nacional em França. Diz Jean-Claude Bradet, membro da sua comissão política, que "a imigração põe em causa a identidade cultural da nação francesa, (...) incompatível com a cultura muçulmana e africana dos novos imigrantes, incompatibilidade que sublinha quanto é utópica a política de integração e de instauração da sociedade pluricultural que os meios político-mediáticos preconizam".

A reacção da América anglo-saxónica conservadora contra a "invasão" hispânica é a motivação básica de Huntington. Por essa razão expulsa do Ocidente a América Latina, de raiz e cultura predominantemente europeia (tanto pelo menos quanto os Estados

Unidos), a que Alain Rouquié chamou com verdade o Extremo-Occidente. Nós, portugueses, que nos sentimos culturalmente mais próximos do Brasil que da Dinamarca, por exemplo, deveríamos por esta lógica ser excluídos do Occidente. O mesmo se aplica aos espanhóis, com as suas não menos suspeitas ligações e afinidades com a América de fala hispânica. A crítica de Huntington é importante no actual debate europeu, porque a sua tese de defesa da uniformidade cultural, nomeadamente nos processos de integração, e o seu horror ao multiculturalismo e à diversidade têm mais adeptos do que se julga, e há mesmo quem preconize a unicidade linguística e cultural da Europa.

Afirma Huntington que se pode "ser meio-francês e meio-árabe, mas é mais difícil ser meio-católico e meio-muçulmano". É verdade. E então? O fundamental é poder ser meio-francês e meio-árabe e professar inteiramente uma qualquer religião ou religião nenhuma. Assumir a diversidade cultural e religiosa dos europeus, assumir que a religião muçulmana é hoje uma das religiões europeias, praticada por alguns milhões de cidadãos da União, criar as condições políticas para que a diversidade se possa exprimir - é condição necessária para impedir o triunfo dos nacionalismos identitários e o alastrar dos germes de confronto de que eles são realmente portadores. Para sobreviver, o projecto europeu tem de encarar como um trunfo a diversidade das nações - e construir uma Europa aberta, política e culturalmente.

*Artigo publicado no Público, edição de 12 Julho 1996.